

SEMINA

Revista dos Pós-Graduandos em História - UPF

Dossiê: “A produção historiográfica através das fontes impressas e da imprensa”

Volume 22 | Número 2 | Ano/período: maio/agosto 2023

Edição eletrônica

DOI: 10.5335/srph.v22i2.14884

ISSN: 2763-8804

Lugares de memória e história - a formação de acervos museológicos:

uma questão de justiça?

Michael Douglas dos Santos ¹  

Lucas Rodrigues do Carmo ²  

DOAJ
DIRECTORY OF
OPEN ACCESS
JOURNALS

OPEN  ACCESS

Referência

SANTOS, Michael Douglas dos; CARMO, Lucas Rodrigues do. Lugares de memória e história – a formação de acervos museológicos: uma questão de justiça? **Revista Semina**, Passo Fundo, vol. 22, n. 2, p.170-182, mai-ago 2023.

Recebido em: 10/04/2023 | Aprovado em: 01/05/2023 | Publicado em: 20/07/2023

¹Mestrando em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH UFG). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES). E-mail: michaeldouglas017@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0934-3680>.

² Mestre em História pelo Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH UFG). Atua como professor na Educação Básica. E-mail: lucasrodrigues21@hotmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4616-4196>.

Lugares de memória e história - a formação de acervos museológicos: uma questão de justiça?

Resumo

O presente artigo tem por objetivo debruçar-se sobre as questões éticas que envolvem as atividades relacionadas às instituições museais, seja no Museu Histórico, ou qualquer outra instituição de memória. Designadamente esses lugares de memórias (NORA, 1993) constituem-se como espaços que apresentam as histórias pertencentes à sua comunidade local. Porém, denota-se que esse exercício de representação do passado não é neutro ou despropositado, pelo contrário, recorta, seleciona, inclui e exclui. Desse modo, atentemos-nos à formação de acervos museológicos e quais impactos podem causar nas narrativas apresentadas nesses espaços de memórias. Ademais, tomaremos como ponto de partida para essas observações a dissertação do historiador Daniel Guerra, intitulada *Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019)*, pois entendemos que a instituição intenta resguardar e autenticar uma memória local (GUIRRA, 2022), porém na formação do acervo dessa instituição, quais memórias e histórias foram selecionadas para constituir o acervo museológico? Quais identidades alçam a justiça social (FRASER, 2007) nesse espaço de memória?

Palavras-chave: Museu. Memória. Identidade.

Places of memory and history - the formation of museological collections: a question of justice?

Abstract

This article aims to address the ethical issues that involve activities related to museum institutions, whether in the Historical Museum, or any other institution of memory. Namely, these places of memories (NORA, 1993) constitute spaces that present the stories belonging to their local community. However, it is denoted that this exercise of representation of the past is not neutral or unreasonable, on the contrary, it cuts, selects, includes and excludes. In this way, we pay attention to the formation of museological collections and what impacts they can have on the narratives presented in these memory spaces. In addition, we will take as a starting point for these observations the dissertation by historian Daniel Guerra, entitled *From the historical museum to the biographical: a proposal for the requalification of the Couros de Formosa Museum (1996-2019)*, since we understand that the institution intends to protect and authenticate a memory local (GUIRRA, 2022), but in the formation of the collection of this institution, which memories and stories were selected to constitute the museum collection? Which identities raise social justice (FRASER, 2007) in this memory space?

Keywords: Ceará. Delict. Migration.

Lugares de memoria e historia - la formación de colecciones museológicas: ¿cuestión de justicia?

Resumen

Este artículo tiene como objetivo abordar las cuestiones éticas que envuelven las actividades relacionadas con las instituciones museísticas, ya sea en el Museo Histórico, o en cualquier otra institución de la memoria. Es decir, estos lugares de memoria (NORA, 1993) constituyen espacios que presentan las historias pertenecientes a su comunidad local. Sin embargo, se denota que este ejercicio de representación del pasado no es neutral ni irrazonable, por el contrario, corta, selecciona, incluye y excluye. De esta manera, prestamos atención a la formación de colecciones museológicas y qué impactos pueden tener en las narrativas presentadas en estos espacios de memoria. Además, tomaremos como punto de partida para estas observaciones la disertación del historiador Daniel Guerra, titulada *Del museo histórico a lo biográfico: una propuesta para la recalificación del Museo Couros de Formosa (1996-2019)*, pues entendemos que la institución pretende proteger y autenticar una memoria local (GUIRRA, 2022), pero en la formación de la colección de esta institución, ¿qué memorias e historias fueron seleccionadas para constituir la colección del museo? ¿Qué identidades plantean la justicia social (FRASER, 2007) en este espacio de memoria?

Palabras clave: Museo. Memoria. Identidad.

Ao iniciarmos a discussão a respeito dos procedimentos éticos que perpassam na esfera museal, é necessário primeiramente uma reflexão a partir do campo da museologia, pois entendemos que essas instituições são passíveis de historicidade. Atentemo-nos então ao papel do historiador, que vislumbra nessas instituições de memória um lugar assegurado para historicizá-lo. Tal ação da história é importante pois trata-se de uma instituição de poder que constrói identidades, produz conhecimentos, narrativas e memórias, dito isso é preciso estar atento aos acervos construídos e aos sujeitos presentes e ausentes nesses espaços museais.

O que atualmente conhecemos como museu passou por várias transformações ao longo da história, seja no modo de colecionar, classificar e organizar os objetos coletados¹, para assim formar o que entendemos hoje como acervo institucional ou acervo museológico. Retornaremos então às discussões iniciais sobre as primeiras coleções organizadas pelos príncipes, conhecido como os gabinetes das curiosidades. A professora e pesquisadora Patrícia Tavares Raffaini ao se referir às primeiras instituições museológicas existentes na Europa nos séculos XVI e XVII, nos lembra que estes espaços preocuparam em formar “coleções de objetos raros ou curiosos” que “receberam o nome de Gabinetes de Curiosidades ou Câmaras de Maravilhas” (RAFFAINI, 1993, p. 159).

O autor Ulpiano T. Bezerra de Meneses em seu artigo “Do teatro da memória ao laboratório da História: A exposição museológica e o conhecimento histórico” publicado em 1994, interpela que estas coleções de objetos materiais das mais diversas espécies organizadas pelos príncipes e senhores renascentistas, funcionavam como paradigmas visuais que recriavam simbolicamente a ordem do mundo e o espaço do exercício de seu poder. Muitas dessas coleções da nobreza e realeza foram, posteriormente, apropriadas pelo Estado e tornadas públicas.

Podemos então pensar a formação dos acervos museológicos também como uma questão política e ética, pois envolve uma relação de um aparato institucional de memória com os indivíduos de sua sociedade e suas relações desenvolvidas no cotidiano, e que busca representá-los. Outro ponto a questionar é se na formação dos acervos tem se um senso de justiça histórica perante os indivíduos colocados à margem, deixando de se direcionar apenas ao ato de preservar memórias de uma elite dominante.

Lugares de memória e história - o conceito

¹ Esse sistema de classificação, bem como a constituição dos gabinetes, tem a ver com a inserção do homem na cultura erudita dos séculos XVI e XVII, quando passa a perceber e classificar o mundo ao seu redor. As diferenciações entre os objetos perpassam categorias classificatórias, sendo elas: posição social, riqueza e outras

Pierre Nora em seu artigo “Entre memória e história: A problemática dos lugares²” (1993) evidencia o conceito de “Lugares de Memórias”, em que reflete sobre a tomada do Estado perante as antigas coleções, no sentido e objetivo de acionar uma história nacional da França. O estudo que resultou nesse conceito, tratou de analisar os “objetos portadores” da expressão do sentimento nacional na França, ou seja, o que já estava estabelecido, e, então, investigá-los e analisá-los.

A ideia era fazer com que o historiador se questionasse qual “nação” ou o que era “nação”, que se estava elaborando entre a psicologia coletiva e a memória coletiva da sociedade francesa. O autor em sua obra homônima sugere que os movimentos de memória apresentam “[...] uma mudança de atitude muito profunda tanto em relação ao futuro como em relação ao passado, uma necessidade identitária, uma busca pelos traços, que tem lugar específico” (NORA apud VIEIRA, 2017, p. 7).

Para que o conceito não seja conduzido a outros contextos de forma a desvirtuá-lo, Nora adverte que os “Lugares de memória” expressam, primeiramente, uma dimensão simbólica dos objetos nos estudos históricos. Nesse sentido, para o autor a “história simbólica”:

É um aspecto de um modelo mais geral que revaloriza a história do presente, a história comparativa e a história política, estando as três ligadas. Desses três aspectos a palavra político é provavelmente a mais importante. Se a história simbólica evolui, é porque provavelmente percebemos que a palavra simbólico é a última dimensão do universo político e que o meio de renovar a história tradicional, clássica, contra a qual toda a história dos Annales lutou, é revalorizar aquilo que há de profundamente simbólico no político (NORA apud VIEIRA, 2017, p. 9).

Ainda na questão simbólica da história, Nora (1993) adverte que o simbólico, o nacional, o político, o comparativo, o contemporâneo formam essa constelação de questões que movimentam a história hoje e no interior da qual o problema da memória se inscreve. Deve-se ter em vista que a memória opera a partir de um processo seletivo e totalizador, que o caracteriza como absoluta. Portanto, são essas interações da memória que, quando manifestadas através de um museu, possibilitam a caracterização desse espaço como “lugar de memória” e, conseqüentemente, habilitam o historiador a questioná-lo.

Sendo os museus espaços nos quais se constroem identidades e memórias, ele é, portanto, também um lugar de memória, capaz de imaginar as sociedades que a representam, sendo assim, podemos através dele interpelar o passado e “desde que haja rastro, distância, mediação, não estamos mais dentro da verdadeira memória, mas dentro da história” (NORA, 1993, p. 9).

² Pierre Nora, também aborda uma relação de memória e história, porém iremos nos concentrarmos na relação do conceito de “Lugares de Memória” em uma breve associação com as instituições museológicas.

Ainda segundo o autor, a memória emerge de um grupo que a une, há tantas memórias como tantos grupos existentes, já a história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que proporciona uma vocação para o universal. A história é capaz de criar uma identidade universal que precisa ser absorvida e contraposta às várias identidades fragmentadas, cada qual com sua memória específica. A memória existente é então história, e a necessidade da memória é uma necessidade da história.

Nora (1993) parte da concepção de que não há uma memória espontânea, verdadeira e específica, mas que se pode acessar uma memória reconstituída, que nos dê o sentido necessário de identidade. Assim, na perspectiva do autor, os lugares de memória são meios de acesso a uma memória, que não é memória, é história, pois é reconstituída através de vestígios. Nasce e vive o sentimento de que não há uma memória espontânea, “que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais” (NORA, 1993, p. 13).

A memória é observada por Nora como um campo de conflitos, entende-se que a memória perpassa por uma arena de disputa, entre esquecimentos e lembranças, no qual os objetos portadores de uma memória expressam uma simbólica dimensão para os estudos históricos. Portanto, a memória dá sentido e forma, porém é carregada de manipulações ao qual a história precisa reconstruir, ou seja, os lugares de memória, nascem a partir de que a necessidade de uma memória é uma necessidade da história.

Também podemos pensar a construção dos Lugares de Memória, ou nesse caso os Museus, como um aparato institucional, formado nas bases do Estado, e de caráter social, pois apresenta à sociedade sua história e memória. Segundo Silvio Almeida (2021) a estabilidade dos sistemas sociais dependem da capacidade das instituições em absorver os conflitos e antagonismos inerentes à vida social, a exemplo:

Os conflitos raciais também são parte das instituições [...] as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos [...] Assim, detém o poder os grupos que exercem domínio sobre a organização política e econômica da sociedade [...] Isso faz com que a cultura, os padrões estéticos, e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas (ALMEIDA, 2021, p. 38 a 40).

Nesse sentido, dentro das instituições museais podemos refletir sobre os apontamentos de Marcelo Nascimento Bernardo da Cunha (2017), que a preservação de determinadas memórias é resultado de ações políticas cuja finalidade está em definir o que lembrar e o que esquecer e “que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela

ação de quem detém o poder político de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória” (CUNHA, 2017, p. 80).

Redistribuição e reconhecimento e as reflexões de Nancy Fraser

As reflexões em torno dos conceitos de “redistribuição” e “reconhecimento” têm sido debatidas intensamente no campo da historiografia contemporânea. Ademais, podemos apontar alguns embates em torno desses respectivos conceitos, especialmente sobre os autores que realizam esses debates teóricos. Enquanto alguns proponentes dessas discussões se aproximam e defendem uma redistribuição, outros preferem uma abordagem pelo viés do reconhecimento³. No entanto, podemos também evidenciar autores que debatem uma aproximação, ou relação, entre os conceitos de “redistribuição” e “reconhecimento” e assim se alcançar a justiça social e ter “um quadro adequado às demandas do nosso tempo” (FRASER, 2007, p.246).

Nancy Fraser é uma autora que ganhou destaque a partir da década de 90, em uma era pós-socialista, a mesma passa a refletir sobre as demandas dos movimentos sociais, mas seu dilema principal se atribui ao conceito de “justiça”. É importante frisar que nesse período as ideias socialistas estão caindo em descrédito. Nesse sentido, Fraser reflete que as desigualdades sociais suplantaram as desigualdades materiais e defende ser necessário uma interação entre reconhecimento e redistribuição.

No debate em torno do conceito de redistribuição alguns proponentes apoiam-se nas antigas tradições de organizações igualitárias, ou seja, uma conjuntura de alocação justa dos recursos. A redistribuição pauta-se na moralidade e, pode ser normativa ou universal, dependendo do horizonte em que se aborda o conceito, um exemplo seria a redistribuição da riqueza dos ricos para os pobres. Compreende-se então que “a orientação redistributiva tem uma linhagem filosófica distinta, já que as reivindicações redistributivas igualitárias forneceram o caso paradigmático para a maior parte da teorização sobre justiça social nos últimos 150 anos” (FRASER, 2007, p.102).

Nancy Fraser aponta que os proponentes da redistribuição entendem as reivindicações de reconhecimento das diferenças como uma “falsa consciência” e, considera uma barreira para alcançar a justiça social e, inversamente “alguns proponentes do reconhecimento rejeitam as políticas redistributivas por fazerem parte de um materialismo fora de moda que não consegue articular nem desafiar as principais experiências de injustiça” (FRASER, 2007, p.103).

³ Em relação aos autores que abordam as perspectivas de “reconhecimento” e “redistribuição”, nos apoiaremos para a construção deste artigo nas discussões realizadas por Nancy Fraser (2006/2007). Optamos por dialogar com a autora devido ao debate realizado em torno dos dois conceitos citados anteriormente, em que propõem a junção dos dois conceitos.

Em relação aos proponentes do reconhecimento, em suas reivindicações buscam superar as experiências de injustiças de modo a levar a sociedade a uma relação ética e madura, relações mais justas. Podemos enquadrar os movimentos sociais e suas demandas na categoria de reconhecimento, pois os mesmos buscam educar a sociedade ao se engajar nesse movimento de reconhecimento. Ademais, funciona como um meio moral para aperfeiçoar relações mais justas, pois os conflitos sociais carregam consigo um potencial formativo e de aprendizado moral.

Axel Honneth (2003) teórico de reconhecimento, e também alinhado à teoria crítica e, que tem o sentido de produzir emancipação social, além do seu sentido ético e político, o autor enfatiza que existe uma relação intrínseca entre os processos de mudanças sociais e as pretensões morais e normativas. Fraser (2007), no entanto, também atribui a concepção de que as injustiças podem ser materiais, mas também culturais e simbólicas, e que o remédio para essas injustiças é a transformação cultural e simbólica da sociedade.

Fraser ao abordar os conflitos entre proponentes do reconhecimento e da redistribuição, não os coloca como algo separado, mas que podem funcionar em conjunto, uma relação intrínseca. Ademais, a autora reflete que nas demandas dos movimentos sociais, nesse caso os proponentes do reconhecimento, pouco se fala das estruturas de dominação econômica que mantém as desigualdades sociais.

Para Fraser uma teoria de justiça deve ir além da distribuição de direitos e bens, ou seja, é preciso examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural e, que impedem a paridade de participação na vida social. Portanto, a paridade de participação requer arranjos sociais que permitam que seus membros da sociedade interajam entre si. De acordo com Fraser é necessário “desenvolver uma teoria crítica do reconhecimento coerente com a igualdade social [...] e desvantagem econômica e desrespeito cultural estão entrelaçados” (FRASER, 2007, p. 246). Falar de paridade entre reconhecimento e redistribuição é o remédio para as injustiças sociais e as demandas do nosso tempo, de acordo com a teórica Fraser.

De modo a dialogar com Fraser, destaco agora a importância das instituições museológicas como aparelho do estado e, de valorização cultural e material da sociedade, e também de seus agentes sociais. Nota-se que muitos espaços museológicos, sobretudo os museus históricos, tendem a reproduzir uma narrativa que privilegia uma determinada cultura – comumente dominante e colonial – destacando os feitos de uma elite local e branca.

Os espaços museológicos, especialmente os históricos, trazem em suas exposições elementos que forjam ou afirmam determinadas identidades, pois uma das formas pela qual as identidades estabelecem suas reivindicações é por meio do apelo a antecedentes históricos. De acordo com Kathryn Woodward (2009), “as identidades adquirem sentido por meio de uma linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais são representadas” (WOODWARD 2009, p. 8). Sendo assim, as

instituições museais podem ser classificadas como um sistema simbólico, visto que elas apresentam à sociedade elementos de sua cultura e seus costumes, por meio de suas exposições.

A busca de determinados grupos sociais por reconhecimento nos espaços museais têm aumentado gradativamente, forçando o reconhecimento e a divulgação de outras memórias e histórias alternativas a de uma elite. Apontando também, a necessidade destas instituições se adaptarem aos novos tempos e as novas demandas da sociedade, abrindo então, espaço para a visibilidade do “outro”: os negros, os indígenas e outros agentes sociais silenciados e marginalizados. Reiterando as reflexões de Cunha:

Preservar é sempre uma ação política, com consequências que ultrapassam o ato de preservar em si. Neste sentido, paradoxalmente, a preservação é ao mesmo tempo necessidade e risco. Necessidade, pois precisamos evidenciar nossa trajetória histórica, e por isso mesmo é também um risco, já que nas escolhas sobre o que preservar, existe muito mais exclusão do que inclusão. Isto se agrava pela ação de quem detém o poder político de escolher o que vai ser preservado, pois esse processo pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada (CUNHA, 2017, p. 80).

Atentemo-nos então a preservação de patrimônios, especificamente no campo museológico, se associarmos apenas as questões que se atribuem ao conceito de redistribuição e ignorar as demandas por reconhecimento, acarretará em um processo que “pode levar a visões e ações hegemônicas sobre a memória e sua preservação patrimonializada” (CUNHA, 2017, p. 80). Ademais, tem-se uma ênfase ético-política nos estudos de memória, em que podemos evidenciar o conceito de “crise de memória” cunhado por Susan Suleiman (2019) e debatido na obra do professor Breno Mendes, isto é:

Segundo a autora, a crise de memória consiste em uma acirrada discussão na esfera pública sobre as formas como contamos as histórias do nosso passado. Isto é, a crise de memória envolve uma disputa pela definição da identidade coletiva e pelo reconhecimento dos direitos decorrentes de acontecimentos que ocorreram no passado (MENDES, 2021, p.86).

Então, quando trata-se de uma instituição pública que visa fomentar as memórias coletivas da sociedade, nesse caso os museus, é necessário que haja uma paridade (FRASER, 2007) entre reconhecimento e redistribuição ao elaborar as memórias coletivas. Pois, nem toda demanda por reconhecimento é justificada, da mesma forma que nem toda demanda por redistribuição é também justificada. Portanto, a paridade participativa na elaboração de memórias nessas instituições

museais seria a forma de justificar as reivindicações de memória. Ademais, “política, cultura e economia estão imbricadas e implicam por demandas de redistribuição e reconhecimento” (FRASER, 2007, p.246).

Museu Couros de Formosa - memórias selecionadas e ausências construídas

O historiador Daniel Victor Pereira Goveia da Guirra, em sua dissertação⁴ de mestrado “Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019)” aponta que em 1980 já havia a ideia de se organizar um espaço para preservar a memória local. Esse projeto surgiu, inicialmente, entre os entusiastas da cultura local, como por exemplo, Leônidas Pires, que começou a coletar objetos para compor o acervo da futura instituição de memória, exatamente entre de 1988 a 1996⁵. Porém apenas em 1996 o Museu Couros de Formosa - MCF foi aberto ao público.

Inicialmente em suas andanças pela região da antiga Vila dos Couros, hoje Formosa - GO, Leônidas Pires passou a comprar e adquirir objetos doados que remetesse a história da região, e das famílias que ali se criaram e viveram, de modo a preservar em um espaço de memória da cidade:

Em entrevista, o fundador do museu diz que toda a coleção inicial foi comprada entre 1988 e 1996. Depois a coleção foi toda doada para a Fundação Museu Couros de Formosa [...] **Assim sendo, desde 1988 Leônidas Pires recebe doações de objetos que são avaliados por ele em relação à sua pertinência histórica,** e o seu acervo vem ganhando mais objetos e obras de arte para compor a coleção, que em suas palavras deixou de ser de sua família e passou a ser dos formosenses no momento que a doou para a criação da Fundação Museu Couros, tornando-se assim um patrimônio cultural que deve receber cuidados da população de Formosa em geral [...] Com isso, Leônidas da Silva Pires foi reunindo estes objetos e expondo em um espaço dentro de sua própria casa com a finalidade de criar o museu, **assim foi construindo a sua coleção, formando o seu acervo museológico** (GUIRRA, 2022, p. 56 a 63, grifos do autor).

Na análise do acervo do Museu Couros de Formosa, Guirra aponta que muitas das exposições e peças que compõem o acervo, desde as fotografias e obras literárias disponibilizadas na biblioteca do MCF, estão intimamente ligadas às memórias de seu fundador. Pessoas do seu círculo, políticos e famílias que perpassam a vida de Leônidas asseguram um lugar neste espaço de memória, em que

⁴ Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2022.

⁵ As reuniões para a formação inicial do acervo do MCF começaram com um grupo de entusiastas culturais. Porém a coleta iniciou-se em 1988, após Leônidas voltar de uma viagem e iniciar a formação do acervo em sua própria residência.

o próprio se incube de levantar, organizar, classificar e preservar, inicialmente em sua casa e logo após doando ao que viria ser o museu que representaria a história da cidade de Formosa.

Outro ponto de discussão é o acervo bibliográfico da biblioteca presente no MCF, de acordo com Guirra algumas das obras com o intuito de abordar a historiografia de Formosa, entre elas e de Olympio Jacintho de Almeida “Esboço Histórico de Formosa” (1979), Alfredo Antônio Saad “Álbum de Formosa: um ensaio de história de mentalidades” (2004) e Gustavo Guilherme Leon Chauvet “Brasília e Formosa: 4.500 anos de História” (2005), respectivamente remetem à uma história tradicional, evidenciando assim também as ausências das pessoas menos abastadas (GUIRRA, 2022, p. 32). É importante mencionar que estas obras foram lidas por Leônidas, principalmente a de Olympio Jacintho de Almeida, ou seja, de certa forma influenciaram na concepção do que seria história contada no MCF e nas memórias preservadas por seu fundador:

O “Esboço Histórico de Formosa” nos remete à história tradicional, fundamentada na noção de “grandes feitos”, na construção de heróis e de uma história que aludisse a um Goiás em direção ao progresso [...] **Dessa forma, na tentativa de produzir uma síntese histórica sobre Formosa, Olympio Jacintho selecionou quais foram os momentos e personagens mais importantes da História de Formosa** [...] Nessa perspectiva, o “Esboço Histórico de Formosa” está em conformidade com os projetos políticos ideológicos da época, aliado aos intelectuais que ditaram os passos da história sobre Goiás. Isto é, enquanto membro da elite política e intelectual de Formosa, e com certa relevância no estado, **Olympio Jacintho cumpriu seu papel nos termos de suscitar as memórias que regozijavam a população abastada da cidade, bem como, corroborou para o projeto da História Nacional, da Grande História regional** (GUIRRA, 2022, p. 35 a 40, grifo nosso).

De acordo com Guirra, no acervo é perceptível as exclusões e falta de protagonismo de uma parte da população que colaborou para o crescimento e desenvolvimento da antiga Vila dos Couros. Nota-se a ausência e o silenciamento das mulheres, da população negra, dos indígenas, ou seja, o protagonismo presente nas exposições e no acervo é tomado por memórias de famílias tradicionais, homens e políticos que de certa forma exerceram influências, e por seguinte asseguraram tiveram suas memórias expostas no MCF.

Nesse sentido, podemos compreender que as memórias construídas nas exposições/acervo no MCF pertencem à uma parte abastada da população de Formosa, e se sustenta a partir das obras historiográficas sobre a região, e também foram “organizadas segundo a história e as memórias afetivas de Leônidas da Silva Pires. As seleções foram feitas para dar sentido e preservar as suas memórias, para preservar a reverência à sua época, para enaltecer seus pais, amigos, familiares e

ídolos” (GUIRRA, 2022, p. 120). Ou seja, as exclusões presentes nessas obras bibliográficas se reafirmam ao servirem como fonte para a manutenção de uma memória local no MCF.

Mendes (2021) reflete que a memória não é um depósito onde se acumulam as experiências do passado, pois, alguns aspectos tornam-se lembranças e outros são esquecidos. Em relação a memória coletiva, até mesmo as recordações individuais estão ligadas a memória coletiva e “para evocar seu próprio passado, o sujeito precisa lançar mão das lembranças de outras pessoas [...] a memória individual coexiste, embora nem sempre de modo pacífico, com as memórias de família, dos grupos sociais e da nação” (MENDES, 2021, p.178 e 179).

Os apontamentos de Mendes em relação aos conflitos entre a memória individual e a memória coletiva nos remete à formação do acervo do MCF, pois, as lembranças individuais de Leônidas Pires são o ponto de partida para a montagem do acervo do Museu Couros de Formosa. Mendes (2021) reflete que a memória e o patrimônio são tipos de conhecimento sobre o passado e que carregam um índice de identidade, atentemos-nos ao MCF, de acordo com Guirra (2022):

Fica o questionamento dos critérios escolhidos por ele na seleção desses objetos, no sentido de nos revelar quais problemas o método escolhido pode acarretar nos processos de exclusões e silenciamentos, bem como, na construção da imagem daqueles personagens que receberam homenagens e espaços de protagonismo em suas exposições (GUIRRA, 2022. p. 63).

Leônidas Pires e sua relação com o MCF pode exemplificar uma certa “crise de memória” na formação da memória coletiva de Formosa, visto que, se atribui a esse sujeito a formulação de um lugar de memória para a cidade, em que suas lembranças individuais se tornam o parâmetro para acionar uma coletividade (não totalmente representada). Entretanto, as ausências apontadas por Guirra em relação aos sujeitos da margem, evidenciam também o conflito entre uma memória individual (Leônidas) e da formação de uma memória coletiva e dos sujeitos não evidenciados na seleção de memórias idealizadas pelo criador e curador do MCF (Leônidas).

Em relação a instituição MCF precisamos ressaltar algumas informações sobre sua estrutura de funcionamento, o museu tem um vínculo com a prefeitura, mas também carece de profissionais para atuarem no MCF, seja museólogo, ou historiador. Guirra (2022) aponta que a instituição também carece de um plano museológico que possa guiar e demonstrar as demandas necessárias para se enquadrar na tipologia de um Museu Histórico. Nesse sentido, o acervo iniciado por Leônidas Pires se remete aos seus heróis locais e contempla as ausências dos “outros”.

O acervo do MCF e os sujeitos que ganharam espaço nesse lugar de memória criado por Leônidas Pires, nos remete ao fato de que esse sujeito ao elaborar essa seleção de memórias parece

estar em um estado de melancolia (LACAPRA, 2009, p. 210) pois, há uma relação compulsiva e narcísica com o seu passado e suas memórias (individual). Guirra (2022) reflete que o acervo do Museu Couros de Formosa sem um plano museológico que possa guiar as ausências e as ações possíveis para ressignificar tal contexto, faz com que a instituição se enquadre em um “gabinete de curiosidades” (RAFFAINI, 1993, p.159) criado por Leônidas.

Podemos enquadrar a instituição também como um Museu Biográfico (GUIRRA, 2022), pois, a memória dos heróis, políticos, pessoas que tiveram alguma importância para Leônidas, ganham destaque na história “oficial” de Formosa construída por ele mesmo no MCF. Outro ponto que é pertinente destacarmos é a falta de paridade (FRASER 2007) na elaboração dessas memórias que compõem o acervo museológico do MCF.

Nesse sentido, o acervo se direciona às classes abastadas da região, ou seja, é distribuído e resguardado nesse lugar de memória, as lembranças de famílias que detinham algum poder econômico ou político. Reiterando, a paridade participativa na elaboração de memórias nessa instituição museal seria a forma de justificar as reivindicações de memória e alcançar uma justiça histórica e social para os sujeitos marginalizados e esquecidos nas memórias suscitadas por Leônidas Pires.

Considerações finais

É evidente que a memória é um campo de conflitos, entre lembrança e esquecimento. Como afirma Nora (1993) a memória dá sentido e forma, porém é carregada de manipulações ao qual a história precisa reconstruir. Nesse sentido, os museus empenham um papel importante em evidenciar as narrativas que serão expostas ao seu público visitante, mas podemos inferir que o mesmo também não foge à característica da memória, criar lembranças e esquecimentos em torno dos objetos, sujeitos e narrativas que sustentam a memória coletiva e individual (de um determinado local, ou região) preservada nessas instituições de memória.

Fraser (2007) reflete que o remédio para lidar com as injustiças históricas e sociais é a paridade entre “reconhecimento” e “redistribuição”, de modo que haja uma relação entre esses conceitos, para que assim tenha-se um quadro das demandas do nosso tempo. Ademais, quando relacionamos os respectivos conceitos aos espaços museológicos também estamos diante de injustiças, seja histórica ou social, por isso, é preciso examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural e, que impedem a paridade de participação na vida social.

Concluindo, este texto é o olhar de um historiador para o que entendemos como instituição museal e, que produz conhecimentos, narrativas e memórias. Nesse sentido, é preciso reconhecer a importância desses espaços de memória, bem como historicizá-lo também, pois, enquanto uma

instituição que constrói identidades nos lugares de memória é preciso estar atento às narrativas e sujeitos presentes e ausentes nesses espaços museais

Referências

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Ed. Jandaíra - Coleção Feminismo Plurais (Selo Sueli Carneiro), 2021.
- CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus, memórias e culturas afro-brasileiras. In: Dossiê: Memória, Cidade e Museu: *Entre Silêncios e Mobilizações*. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**. SESC nº 5, São Paulo, 2017.
- FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** Lua Nova, São Paulo, 70, 2007, p. 101-138.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org). **Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 245-282.
- GUIRRA, DANIEL. V. P. G. **Do museu histórico ao biográfico: uma proposta de requalificação do Museu Couros de Formosa (1996-2019)**. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás em 2022.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a teoria social da Realphilosophie de Jena**. Editora 34, 2003, p. 69-116.
- LACAPRA, Dominick. Conclusión: psicoanálisis, memoria y giro ético. In: **Historia y memoria después de Auschwitz**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2009, p. 207-240.
- MENDES, Breno. **Limiar: estudos de teoria, metodologia e ensino de história**. Goiânia: Cegraf UFG, 2021.
- MENESES, U. T. B. Do Teatro da Memória ao Laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, p. 9-42, jan./dez. 1994.
- NORA, Pierre. Entre Memória e História: A problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, 1993.
- RAFFAINI, Patrícia Tavares. Museu Contemporâneo e os Gabinetes de Curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, S. Paulo, 3: p. 159-164, 1993.
- VIEIRA, Guilherme Lopes. O museu como lugar de memória: o conceito em uma perspectiva histórica. **Mosaico**, V.8, nº 12; 2017.
- WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn (orgs.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009